

Projeto político pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Pedagogical political project: emphasizing the pedagogical dimension in the Open Environment Socio-Educational Measures Service

Selma Marquette Molina
João Clemente de Souza Neto
Universidade Presbiteriana Mackenzie
São Paulo - Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é de refletir, a partir do Projeto Político Pedagógico, as práticas de atendimento nos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto a adolescentes em conflito com a lei, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Apresenta resultados de uma pesquisa de Mestrado desenvolvida na cidade de São Paulo, com defesa no ano de 2019. A coleta dos dados se deu por: a) documentos – atas de reuniões, supervisão institucional e avaliações realizadas pelos adolescentes atendidos no serviço de medidas socioeducativas analisado e; b) entrevista semiestruturada com seis profissionais ligados ao serviço referido. A pesquisa mostrou que o Projeto Político Pedagógico pode ser um instrumento para compreensão da dimensão pedagógica nas medidas socioeducativas viabilizando a garantia dos direitos fundamentais à vida de cada um que por elas passem.

Palavras-chave: Socioeducação; Medida socioeducativa em meio aberto; Projeto político pedagógico.

Abstract

The objective of this article is to reflect, based on the Pedagogical Political Project, the service practices in the Service of Socio-Educational Measures in Open Environment for adolescents in conflict with the law, as established by the Child and Adolescent Statute. It presents the results of a Master's research project carried out in the city of São Paulo, which will be defended in 2019. The data was collected through: a) documents - minutes of meetings, institutional supervision and evaluations carried out by the adolescents served in the socio-educational measures service analyzed and; b) semi-structured interviews with six professionals linked to this service. The research showed that the Pedagogical Political Project can be an instrument for understanding the pedagogical dimension of socio-educational measures, making it possible to guarantee the fundamental rights to life of everyone who goes through them.

Keywords: Socioeducation; Socio-educational measures in an open environment; Pedagogical political Project.

Introdução

O objetivo deste artigo é de refletir as práticas de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Os pressupostos do PPP estabelecem as articulações das ações e espaços que deveriam se entrelaçar para a garantia de direitos dos adolescentes que frequentam um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto (SMSE/MA).

Evidencia-se neste trabalho o aspecto pedagógico do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto, que será apresentado a partir da perspectiva de profissionais que atuam junto a esse serviço.

Trata-se de resultado de pesquisa de Mestrado, desenvolvida com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e aprovada por comitê de ética em pesquisa com humanos (Parecer 3.164.495). A pesquisa se deu na cidade de São Paulo, com início no ano de 2016 e término no ano de 2019.

Metodologicamente, foi uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória desenvolvida no formato de estudo de caso. O referencial teórico utilizado se apoiou em teóricos que discutem os conceitos de educação social, projeto político pedagógico, pedagogia social e suas práticas. Vigotski, Paulo Freire, Pistrak, Makarenko e Dussel fundamentam a reflexão da pesquisa pela crença na importância em se desenvolver o PPP fundado numa pedagogia da libertação.

Os dados analisados advêm de documentos, a saber, atas de reuniões, supervisão institucional e avaliações realizadas pelos adolescentes/jovens atendidos no SMSE/MA, assim como de seus familiares/responsáveis e de entrevistas realizadas com dois técnicos responsáveis pelo atendimento aos adolescentes e suas famílias, a coordenadora e o funcionário administrativo atuantes no SMSE/MA analisado no período que contempla a pesquisa (2012 a 2016), a técnica supervisora do Centro de Referência de Assistência Social do SMSE/MA estudado no mesmo período, e o presidente da organização que desenvolvia o serviço. São identificados por nomes fictícios, em conformidade com as exigências do comitê de ética que avaliou a pesquisa.

Este artigo, apresenta um momento na história de um grupo de educadores, da qual a pesquisadora fez parte, preocupados com a relação que estabeleciam com os

adolescentes/jovens e suas famílias para um atendimento garantidor da defesa da vida humana, em toda sua diversidade.

A escolha dos participantes da pesquisa considerou a relevância da experiência compartilhada entre eles no período de estudo recortado. Suas vozes representam a concretude do cotidiano do atendimento socioeducativo nas medidas em meio aberto.

Dessa forma, entrelaçando a base teórica às contribuições dos participantes da pesquisa, mostramos como fomos trabalhando e aprendendo sobre a dimensão pedagógica do atendimento socioeducativo nas medidas socioeducativas em meio aberto.

Neste texto vamos mostrar este aprendizado percorrendo o caminho que passa por refletir sobre a educação na socioeducação, sobre a contribuição possível do pedagogo nesses serviços, e como esses saberes apoiaram a equipe de profissionais analisada a desenvolver o Projeto Político Pedagógico que possibilitou três ações basilares para a conquista de um atendimento caracterizado pelo aspecto pedagógico, que intitulamos por: o grupo de trabalho; acolhimento; um rastro de coletivo.

Após discorrermos sobre as ações supracitadas, traremos a percepção dos adolescentes/jovens e suas famílias sobre a vivência do cumprimento da medida socioeducativa aplicada junto à equipe analisada.

Os serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, na cidade de São Paulo (Brasil) são executados, em maioria, por meio de parceria entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS), sendo supervisionados por um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ou na falta deste, por um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Atendem a adolescentes que estão em conflito com a lei e cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

O objetivo desses serviços é promover a responsabilização frente à ação delituosa cometida, não no sentido punitivo ou repressivo, mas por meio de um processo socioeducativo que possibilite ao adolescente desenvolver criticidade sobre os riscos e consequências do ato infracional, assim como, por meio de ações interinstitucionais, atender as demandas que podem ter levado o adolescente em direção ao ato infracional, oportunizando novas perspectivas de vida e relação com o meio social.

Projeto Político Pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Esta dimensão social se entrelaça à dimensão jurídica do trabalho socioeducativo nos SMSE/MAs, que a partir do devido processo legal e o respeito ao princípio da individualização, deve marcar o equilíbrio de forças para que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa vivencie o processo de responsabilização de forma a reorganizar suas estratégias de vida para uma melhor convivência social, com seu direito ao desenvolvimento integral garantido (Brasil, 1990).

Nesse sentido, o SMSE/MA é atravessado por, pelo menos, três dimensões: pedagógica, social e jurídica. Interessa-nos, neste artigo, aprofundar o conhecimento sobre a dimensão pedagógica, pois, conforme as diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo elaborada pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a operacionalização das medidas socioeducativas “[...] inscreve-se na perspectiva ético-pedagógica” (Brasil, 2006, p.47).

Sendo assim, a proposta desenvolvida pelo CONANDA corresponde com o que preceitua o ECA, no que tange às medidas socioeducativas, que segundo a lei, em sua execução considera o disposto nos artigos 99 e 100, que tratam sobre as medidas protetivas, especificando que “Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 1990).

Nesta perspectiva, para que os objetivos das medidas socioeducativas sejam alcançados é necessário que essas três dimensões se desenvolvam entrelaçadas e que todas as ações sejam pedagógicas, ou seja, desenvolvidas com o adolescente e sua família, para que apreendam as circunstâncias que os envolvem, as possibilidades de vida nas condições vivenciadas e os caminhos possíveis para que se desenvolvam com direitos fundamentais garantidos (Brasil, 1990).

Importa considerar que, a partir da análise de documentos nacionais e internacionais que tratam sobre diretrizes da ação educativa (ONU, 1948; Brasil, 1990a; Brasil, 1988; Brasil, 1996; UNESCO, 1990), compreendemos educação enquanto uma ação intencional, que em seu processo, possibilita que as pessoas reflitam sobre como vivenciam seus cotidianos onde a vida se realiza, e dessa forma consigam realizar escolhas, mudanças ou permanências comportamentais, em favor da vida, preservada em seus direitos fundamentais.

Esta compreensão está em consonância com o fundamento da socioeducação proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), pela proposição de que a

responsabilização sobre o ato infracional, assim como a promoção de uma melhor convivência social do adolescente sejam aplicadas na base pedagógica. Uma ação intencional que possibilite o aprendizado de outras e melhores formas de estar na sociedade.

Contudo, na prática, em geral, as dimensões pedagógica, social e jurídica apontam para outros caminhos. A relação dialógica, necessária ao processo pedagógico é substituída por imposições que nem sempre correspondem às reais necessidades do adolescente, desconfigurando a educação possível nos SMSE/MA, fato que trataremos a seguir, a partir das vozes dos participantes da pesquisa que atuavam no serviço de medidas analisado.

A equipe analisada encontrou no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) o espaço para o entendimento sobre a relação das dimensões social, jurídica e pedagógica das medidas socioeducativas em meio aberto.

Puderam ainda, compreender as contribuições possíveis ao pedagogo no SMSE/MA, apoiando a equipe de profissionais que atuam nestes serviços, muitas vezes sem uma formação pedagógica, a apreenderem o sentido socioeducativo no trabalho que desenvolvem junto aos adolescentes/jovens e suas famílias, revelando o PPP como o lócus privilegiado de atuação deste profissional

As linhas que seguem contam sobre o processo vivenciado por uma equipe, que ao acreditar na potência do PPP como articulador dos diversos setores que se encontram na ação para garantia de direitos no espaço das medidas socioeducativas em meio aberto conseguiu planejar, observar, avaliar, refletir e buscar novas e melhores possibilidades de ação socioeducativa.

A educação na socioeducação

Sobre qual educação tratamos?

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2012), são as legislações basilares das ações dos SMSE/MAs. Contudo, é preciso refletir sobre algumas diferenças na abordagem dos textos das leis citadas, que impactam diretamente no processo educativo das medidas socioeducativas.

O ECA (Brasil, 1990) fundamenta a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, assim como fundamenta que as ações realizadas para essa garantia sejam predominantemente pedagógicas. Pode-se perceber o reflexo dessa fundamentação em

Projeto Político Pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

normativas como o Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, ao afirmar que “[...] as medidas socioeducativas têm caráter preponderantemente pedagógico [...]” (Brasil, 2016, p. 24).

Ao lermos o texto da lei 12.594/12 (Brasil, 2012), encontramos que as medidas socioeducativas previstas no ECA têm como objetivo a responsabilização do adolescente frente ao ato infracional cometido, sua integração social e a desaprovação do ato infracional, por meio da aplicação da medida que for considerada a mais justa para o caso.

Na prática, o texto do SINASE gera conflitos. Analisemos o termo ‘responsabilização’. É preciso atentar para que no cumprimento da medida socioeducativa aplicada não se enfatize a perspectiva coercitiva e punitiva, promovendo somente a culpabilização do adolescente, concedendo a liberdade sem melhoria da situação vivenciada por ele em seu cotidiano.

Consideramos o termo ‘integração’ igualmente inadequado, primeiro, por dar a entender que o adolescente não vive na sociedade e segundo pela compreensão que a integração pressupõe que a pessoa deva se adaptar à sociedade para fazer parte desta, ignorando a diversidade humana e o fortalecimento de uma sociedade inclusiva.

Quando a lei trata da desaprovação do ato infracional, parece afirmar a importância da judicialização. É preciso atentar para que não se penalize este adolescente pela situação social e cultural vivida.

Assim, as propostas desta lei podem desencadear, no cotidiano dos SMSE/MAs, o envolvimento da equipe de profissionais centrada em atender as demandas impostas pelo judiciário, desvinculadas de ações integradas ao aprendizado possível nesses espaços.

[...] em alguns momentos a gente tem que se distanciar do trabalho do judiciário, porque senão você não consegue favorecer algo efetivo talvez, observando e respeitando aquele adolescente X. Então você faz um catadão para todo mundo e todo mundo tem que ir para a escola, curso e trabalho, quando na verdade não é. [...] Isso precisa mudar um pouco, assim, talvez a relação dos profissionais com o judiciário [...] (Participante, Técnico Pedro).

Entendemos a importância e o avanço que o SINASE trouxe para o atendimento desses adolescentes, porém consideramos relevante realizar a ressalva no sentido de se cuidar que o verbo não traia a ideia, o que na prática faz com que a direção ideológica do texto e suas brechas tornem-se em fragilidades pela garantia desses direitos, fundamentados na

educação, como preconiza o ECA (Liberati, 2012; Jesus, 2014; Valente; Oliveira, 2015, Francisco, 2021).

Nas palavras da técnica supervisora entrevistada, *“Embora pareça pouco, acho que a gente teve um salto de um oceano, porque até dez anos atrás você não tinha este serviço de um jeito que a gente acredita que tem que ser, então eu acho que esse é um ponto fundamental”* (Participante Supervisora Laís).

Assim, que “jeito” é esse? Um serviço que se estrutura para garantia dos direitos do adolescente, ao mesmo tempo em que direciona suas ações para a educabilidade social de seus educandos.

Mas, qual educabilidade? Neste sentido, nos apoiamos na teoria de Vigotski, na qual a educação está para auxiliar ao homem na interação com o meio no qual foi chamado a viver de maneira a “estabelecer novas reações, novas formas de conduta” (Vigotski, 2003, p. 76).

Ao educador cabe organizar o meio social favorecendo a interação do educando com este meio, desencadeando o processo educativo. Importa, nesse processo, “[...] comunicar hábitos e capacidade de viver” (Vigotski, 2003, p. 76). Sendo assim, entendemos que a educação possível nas medidas socioeducativas corresponde à educação social, como proposta por Vigotski.

Por educação social compreendemos o processo de educabilidade que se dá imerso em uma política pública de garantia de direitos pessoais e sociais, e visa a convivência humana, nos princípios do respeito à vida e à liberdade. Acontece nos diversos espaços da sociedade onde a vida se desenvolve.

Seguindo esta linha de raciocínio, compreendemos que a palavra social atrelada à educação significa educação social na perspectiva da defesa dos direitos da pessoa, de seu pleno desenvolvimento, ao longo de toda a vida, na realização de suas potencialidades para a convivência humana solidária e pacífica. Consideramos a prática socioeducativa desenvolvida nos espaços de medidas socioeducativas como práticas de educação social. Práticas de socioeducação no contexto das medidas socioeducativas.

Dessa forma, concebemos os profissionais que atuam nos espaços das medidas socioeducativas como educadores sociais que, “[...] em sua convivência, em sua humildade e serviço transmite a consciência crítica para afirmar os valores já existentes na juventude e no

Projeto Político Pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
povo. Atitude de colaboração, convergente, mobilizadora, organizativa, criadora” (Dussel, 1977, p. 101).

Essa educação, no campo de atuação dos SMSE/MAs se efetiva nas relações interdisciplinares, intersetoriais e interinstitucionais (Brasil, 2012; Brasil, 2013). Contudo, na prática, as leis e normativas não se efetivam no cotidiano, e os participantes da pesquisa contam um pouco dessa realidade:

[...] teve algumas situações, por exemplo, de encaminhar para o CRAS e não tem a bendita da cesta básica [...]. Já chegou mãe no atendimento chorando porque não tinha alimento em casa [...] e aí a gente começou, na época, a correr atrás de pessoas que pudessem ajudar com a cesta básica (Participante Gestora Bruna).

Acho que o que precisa melhorar, na minha opinião também, o trabalho em rede e olhar para as comunidades para ver o que a comunidade precisa, porque senão a gente fica trabalhando só com esse menino - ele - e aí ele está no lugar [...] onde ele vê o mundo totalmente desumano e injusto. E é difícil para um menino de quinze anos ver isso na cara dele! Então, eu acho que o que precisa melhorar são as políticas públicas de modo amplo: mais saúde, educação, cultura, levar a cultura, levar o lazer para essas pessoas [...] eu acho que isso falta e falta muito. Habitação, isso falta. Agora, olhando para o serviço, eu acho que ele é ótimo (Participante Supervisora Laís).

Em meio a esse emaranhado de carências e dores humanas atua o profissional nas medidas socioeducativas, cotidianamente, e para não esmorecer frente às dificuldades, com suas ações vai tentando lançar luzes sobre o meio no qual trabalha, assim como na vida dos educandos.

[...] as leis são importantes, mas não o mais importante. Eu honro saber ouvir muito, muito, saber compreender isso, saber entusiasmar, saber corrigir também, quando precisa, e saber acompanhar. Acho que essas coisas são muito importantes, porque aí não é maior, nem menor, mas aí é um grupo que quer algo maior, que não é observar leis, mas muito mais, formação de pessoas. Então, acho que esse é o grande objetivo e esse objetivo deveria estar acima de normas, mas muito bem iluminar as normas, isso sim, fazer as normas estarem sujeitas a esse objetivo, não estando para cumprir leis, estando para cumprir objetivos que nós temos [...] (Participante Presidente José).

Percebe-se, a complexidade desse fazer pedagógico, levando-nos a pensar sobre o profissional que o desenvolve. Quem são esses educadores sociais? Quais suas fontes de conhecimento? Como organizam pedagogicamente seus encontros com os educandos? Onde aprendem sobre esse processo pedagógico? Procuramos apreender essas percepções, como mostramos a seguir.

Percepções dos educadores sociais

Os educadores que atuam nas medidas socioeducativas, responsáveis por implementar a socioeducação, possuem formações em áreas variadas, como pedagogia, psicologia, direito, serviço social e ciências sociais, e muitas vezes, desconhecem sobre o campo da educação. Esse fato, acrescido do complexo trabalho intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar da medida socioeducativa em meio aberto, com suas dimensões jurídica, social e pedagógica, pode confundir os que trabalham nesses serviços quanto suas reais atribuições, esquecendo-se de que atuam no âmbito socioeducativo, nos princípios da socioeducação.

A pesquisa sobre a qual tratamos aqui investigou a implantação do projeto político pedagógico em um SMSE/MA, o que oportunizou observar e refletir sobre a percepção do processo educativo ali realizado por parte dos educadores, e como esses se sentiram ao ter que desenvolver um PPP.

Os relatos dos participantes contam sobre uma realidade que se repete em outros espaços, quando dizem de que forma ingressaram para o trabalho socioeducativo, mostrando o quanto suas percepções apontam para o entendimento dessa área como um fazer social e não educativo.

Eu tinha colegas da faculdade que estavam trabalhando na área social e que me falaram um pouquinho do trabalho, mas eu não conhecia nada, não tinha nenhuma experiência na área, aí eu fiquei apaixonada né... falei “_ Nossa, mas é muito legal o trabalho da área social”, porque tem que gostar para trabalhar na área social, não é qualquer um que se identifica (Participante Técnica Elisa). [...] eu tinha me formado há pouco tempo e estava vindo de um trabalho superburocrático, eu vinha de uma empresa e aí eu quis arriscar para trabalhar no social, [e] surge a oportunidade de participar da seleção da medida socioeducativa. Eu não sabia o que era, eu nunca tinha ouvido falar, nenhum lugar, nem na minha formação. [...] eu queria muito começar a trabalhar na área social e aí apareceu essa oportunidade e eu abracei, foi isso (Participante Técnico Pedro).

O fato de relatarem o ingresso no campo socioeducativo desconhecendo quais seriam suas atribuições e responsabilidades, com a percepção de que realizariam um trabalho social e não educativo possivelmente acontece pelo SMSE/MA ser um serviço que está sob a supervisão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social e se sustentar sobre políticas públicas sociais. Contudo, frisamos a importância em se compreender essa

Projeto Político Pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

prática como educativa. E não qualquer educação, mas educação social, um campo em desvelamento.

O Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo (2015-2025), da cidade de São Paulo (São Paulo, 2016) contribui significadamente para a compreensão e o fortalecimento da socioeducação como tratada neste artigo, afirmando o campo socioeducacional circunscrito no sistema de garantia de direitos, da convivência que respeita o adolescente como sujeito em desenvolvimento. Esta concepção pressupõe a elaboração de “[...] projetos político-pedagógicos contextualizados e significativos com o objetivo de atender ao direito à socioeducação de qualidade. Este direito preconiza a educação, a socialização, o juízo crítico e o projeto de vida” (São Paulo, 2016, p. 40).

Neste sentido, questionamos se o trabalho realizado nas medidas socioeducativas teria maiores possibilidades de atuação, maior efetividade de seus processos, se estivesse sob a orientação e supervisão do setor educacional.

Vamos traçando esses questionamentos, pois nossa prática profissional, junto à prática como pesquisadores, mostram a angústia de educadores que não entendem por que, apesar de seus esforços, sentem que não atingem os objetivos propostos no sentido de uma nova e melhor relação dos educandos com o meio social, com garantia dos direitos fundamentais (Brasil, 1990).

O grupo analisado aceitou realizar a práxis de suas atividades por meio do PPP, que fomentou a descoberta, organização e orientação no SMSE/MA do fazer pedagógico no sentido da socioeducação, em um movimento que foi definido pelo Técnico Pedro como: “[...] a característica mais importante do PPP talvez seja essa, a gente saber que a gente vai ter que sentar, planejar e depois executar, não o inverso, executar, dar errado e depois planejar” (Participante Técnico Pedro).

O entendimento do Técnico Pedro corrobora com o disposto na Resolução 113/2006, CONANDA, ao trazer no Art. 19, § 2º, que os programas de execução de medidas socioeducativas têm como princípio norteador a “II - ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político pedagógico [...]” (Brasil, 2006b).

Os momentos de diálogos, reflexões e estudos levaram a equipe para a percepção de que realizavam um trabalho de educação implicado na dimensão social. Para fundamentar esse trabalho era importante a presença de um profissional da educação, no caso, o pedagogo.

No caso, [a pedagoga] falava “Ah, vamos trazer um texto para gente poder discutir, aí cada um vai ler uma parte do texto e depois vai falar o que compreendeu”. No começo, para mim, era difícil [...] eu acho que eu sempre acabava tendo um pensamento de ir fazendo, vamos fazendo que dá certo [...], e aí eu percebia que talvez essa era uma dificuldade minha e de uma outra parceira psicóloga. [...] Eu acho que para as pedagogas isso era muito mais claro, de que havia necessidade de ter isso (Participante Técnico Pedro). [...] então falava “o projeto político pedagógico ele tem que ter em todo lugar”, mas eu enquanto gestora, por ser formada em psicopedagogia, eu não tinha o domínio disso [...] eu não conseguia, tipo, montar [...] porque é uma coisa que eu não dominava[...] Acredito que entender o ser humano como um todo me ajudou na minha formação e saber que realmente precisa ter um objetivo, precisa ter clareza do que você vai desenvolver ali, eu só aprendi com quem tinha formação de pedagogia [...] (Participante Gestora Bruna).

A figura do pedagogo passou a ser referência no serviço de medidas socioeducativas analisado, auxiliando o grupo na compreensão e desenvolvimento do PPP, assim como, orientando o aspecto pedagógico das atividades propostas para os adolescentes e seus familiares. A pergunta a ser respondida em todas as ocasiões era: O que desejamos que os educandos aprendam com essa atividade?

O planejamento das atividades se voltava para as relações cotidianas e passaram a ser pensadas junto com os educandos e familiares, pois “Se queremos criar pessoas que conscientemente se relacionem com suas obrigações sociais, elas devem claramente compreender as necessidades; mais que isso, elas próprias devem estabelecê-las e livre e voluntariamente subordinar-se a elas” (Pistrak, 2013, p. 124).

O pedagogo no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Salientamos acima a dimensão pedagógica do SMSE/MA, assim como a importância de que o processo educativo desenvolvido nesse espaço tenha a orientação do profissional da educação, por excelência, o pedagogo. Esclareceremos, na sequência, o PPP como local privilegiado de intervenção e mediação do pedagogo no âmbito socioeducativo.

Desenvolver um PPP no âmbito do serviço das medidas socioeducativas em meio aberto significa realizar um planejamento que agrega em si múltiplos aspectos nascidos da relação com outras instâncias do sistema de garantia de direitos, ou seja, promover a articulação deste sistema para que os objetivos propostos nos SMSE/MAs sejam alcançados. Como afirma Makarenko (2010, p. 77): “Os fracassos em muitas instituições [...] se devem às perspectivas fracas e mal definidas”.

Projeto Político Pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Trata-se de uma ação política pedagógica. O PPP pode revelar a diretriz pedagógica, já que é “[...] o caráter pedagógico que introduz o elemento diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas” (Libâneo, 2001, p.09).

Esse instrumental se faz em processo, organicamente, portanto, necessita ser gerido. Nesse sentido, quando a equipe iniciou esse processo, era consenso de que sem um pedagogo à frente teriam dificuldades para compreender a importância do PPP no SMSE/MA, mantê-lo em processo de desenvolvimento, assim como, efetivá-lo em ações. O sentimento presente na equipe era de que *“Realmente quem tem o conhecimento, faz toda a diferença do que é um projeto político pedagógico, por isso que precisa ter um pedagogo na equipe [...]”* (Participante Gestora Bruna).

Salienta-se, no entanto, que para esse pedagogo intervir criticamente na realidade do SMSE/MA é necessário conhecer as diretrizes do serviço que norteiam esse espaço de educação, conhecer as políticas públicas desse contexto de educação intersetorial e interinstitucional, compreender os meandros das legislações que incidem sobre seu fazer, estar atento às informações sobre pesquisas e diagnósticos oficiais sobre a situação social do país e do público que atende, manter-se em constante formação, compartilhar seus saberes e saber dialogar amorosamente (Freire, 1997) todos esses saberes em uma práxis que tenha como objetivo o melhor atendimento da população com que trabalha.

Dessa forma, concebemos o PPP como lugar privilegiado onde o pedagogo pode realizar sua mediação, por possibilitar, quando bem gerido e desenvolvido coletivamente, diálogos favorecedores de uma educação reveladora da realidade do mundo e das potencialidades do educando em relação à essa realidade.

As considerações que tecemos nos levam a questionar as diretrizes do atual curso de pedagogia no Brasil (Brasil, 2006c), ao favorecer uma formação que valoriza as habilidades e competências para o espaço escolar, não atendendo às necessidades formativas dos que atuam na diversidade de contextos educativos da sociedade.

Sendo assim, entendemos que a Pedagogia Social tem os elementos necessários para a formação desses profissionais, ao constituir sua teoria a partir da prática de educadores sociais, comunitários e populares, que em maioria se formam na prática do serviço, como os participantes desta pesquisa, já que não há nenhuma legislação aprovada sobre os campos de atuação, atribuições e formação destes profissionais.

Embora não discorramos sobre este tema neste artigo, é necessário destacar a premência de que pesquisas tragam conhecimento sobre a educação nos diversos contextos educacionais, fomentando a elaboração de leis e diretrizes que apoiem a formação dos educadores que atuam na diversidade de espaços e condições de existência no território brasileiro.

Após quatro anos unidos, os profissionais que formavam a equipe analisada, em maioria, foram assumindo outros trabalhos, processo que provocou o que chamaram de “quebra do PPP”.

O relato da equipe sobre a descontinuidade do processo de alimentação e desenvolvimento orgânico do PPP corroborou com a compreensão do papel e relevância do pedagogo no grupo de trabalho.

[...] eu percebo assim... que depois que a equipe se desfez, o PPP também se desfez... porque eu continuei né... um tempo... depois que a equipe que começou o PPP não estava mais, se desfez, eu percebi que ele se desfez junto, ele não continuou... [...] ele é aberto a mudanças, [...], já que mudou a equipe ele poderia ter mudado a cara dele [...] (Participante Técnica Elisa).

Esse ano aqui... perguntaram se [a pedagoga] vai voltar... A equipe sozinha não consegue sentar para criar, não sei se é devido a essas mudanças de funcionários... os que entraram são jovens que vieram com as suas ideologias, [...]. Então, toda a vez que se tentava discutir um tema e fazer com que aquilo andasse, começava aquela discussão de “eu não concordo, eu concordo” ... Ficava naquilo e praticamente... (Participante Técnica Cássia).

Em relação à gestora na época da pesquisa e ao gestor que assumiu o serviço em continuidade, a percepção era de que:

[...] eu acho que realmente essa questão de não ter o pedagogo, às vezes, na equipe, vem todo mundo de uma outra área, talvez isso interfira também. [...] depende da sua formação às vezes eles acreditam que não serve para nada o projeto político pedagógico, [...] daria realmente para aqueles que ficaram darem continuidade [...] (Participante Gestora Bruna).

Então, eu acho que é um conjunto, se eu for separar em três, eu acho que o primeiro é o coordenador do programa ter clareza da necessidade disso, segundo é a equipe de trabalho estar disposta também a fazer isso, estar disposta a produzir, a sentar, a ler, a pensar, a refletir, a discutir junto, mas também a equipe de trabalho estar disposta a desenvolver o trabalho. [...] Essas três coisas interferiram para que a gente não desse continuidade (Participante Técnico Pedro).

Projeto Político Pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Outra pergunta feita aos participantes da pesquisa foi se os profissionais contratados para substituírem os que originalmente desenvolviam o projeto político pedagógico foram informados sobre esse processo. A Técnica Elisa relatou que “[...] não... se perdeu mesmo...”. A Técnica Cássia ficou constrangida com a questão e informou não saber. O Técnico Pedro relatou que “*Nas contratações que eu fiz, isso não foi dito na seleção*”, e Gestora Bruna afirmou que “*Lembro de conversar [...] das construções juntas. [...] Trabalho conjunto e humanizado, mas não lembro de falar a palavra PPP*”.

Os relatos acima, assim como os diálogos que ainda estabelecemos com profissionais que atuam em SMSE/MA trazem a percepção de que, em muitos desses espaços, a preocupação em se atender as demandas judiciais e sociais, sem vinculação com ações educativas, descaracterizando o processo pedagógico das medidas socioeducativas, ainda é uma constante.

A equipe analisada compreendeu a dimensão pedagógica do SMSE/MA a partir das mediações realizadas pelos profissionais formados em pedagogia. Frente às dificuldades enfrentadas a gestora do serviço permitiu que uma técnica pedagoga conduzisse o processo de desenvolvimento do PPP cotidianamente junto aos demais profissionais da equipe, contando com a orientação da supervisão institucional que ocorria quinzenalmente, que os auxiliou na compreensão da importância de engajar os saberes do pedagogo na orientação do trabalho nas linhas da educação.

Juntos puderam criar encontros com os educandos baseados nos princípios da educação social. Nesse sentido, faz-se importante mostrar algumas ações efetivadas no período de desenvolvimento do PPP e o eco das escolhas realizadas pela equipe nos adolescentes e seus familiares.

Ações efetivadas e a percepção dos educandos e seus familiares

Destacamos três ações realizadas: o trabalho interno da equipe, que será intitulado de “O grupo de trabalho”; a acolhida, e nesse sentido incorpora-se o espaço acolhedor, nomeado por “Acolhimento”; o trabalho para além das mesas dos técnicos e da gestão, com a contribuição das ideias dos usuários do serviço, intitulado “Um rastro de coletivo”.

Salienta-se no “grupo de trabalho” a não rotatividade de profissionais no período que compreendeu a fase mais ativa de desenvolvimento do PPP, portanto, da tomada de consciência do processo pedagógico da medida socioeducativa em meio aberto. Para os

participantes da pesquisa, essa não rotatividade incidiu na qualidade do atendimento realizado, pelos encontros formativos possibilitados nesse período.

[...] foi muito bom né, porque a gente foi crescendo e aprendendo juntos e aí por estar aquela mesma equipe sempre a gente tinha o mesmo pensamento. [...] Por isso que foi um trabalho modelo, eu acho que nunca mais vai se repetir, nunca mais vai ter igual em lugar nenhum (risadas) [...] (Participante Técnica Elisa).

Contribuiu muito, porque a segurança que a gente passava para os adolescentes, de eles chegarem e o técnico de referência estar ali e a união entre a equipe, né. Porque se discutia tudo em reunião, os problemas, o que podia melhorar, o que o outro poderia estar fazendo de melhor [...] (Participante Técnica Cássia).

As conquistas da equipe, nesse aspecto, iniciaram com a definição da identidade do grupo, ao atribuírem o sentido de que:

Estamos pautados na Pedagogia de Direitos de Paulo Freire, e sendo assim, não podemos jogar fora o que ele [adolescente/jovem] tem e a partir do que ele tem, construir novos caminhos. [...] Não temos um caráter punitivo e não valorizamos essa ação. [...] A medida socioeducativa ajuda o jovem na reflexão sobre a tal ação [ato infracional] e ajuda na compreensão da situação e meio atual do adolescente e seus familiares. Mostra outras opções e caminha ao lado do adolescente sem preconceitos. [...] Precisamos ajudá-los a se socializarem...é um trabalho contínuo (Livro de atas, 24.03.14).

Estabeleceram como princípio base do grupo “Identificar, valorizar e respeitar as experiências e condições de cada sujeito e auxiliá-lo a refletir a partir da sua realidade”. Criando estratégias novas para o encontro com os educandos, afirmavam que para vivenciar o aspecto pedagógico da medida socioeducativa era preciso estar junto e ser exemplo:

Ah, você tem que orientar o adolescente que ele tem que tirar um documento.”, muitas vezes você precisa ir junto com adolescente para tirar o documento... às vezes ele não tem ninguém para ir com ele ou não consegue, né. [...] Então, acredito que essas pequenas mudanças, pequenas atitudes é o que faz o nosso trabalho ser muito mais eficiente, que a gente começou a fazer principalmente depois que a gente começou a discutir o plano político pedagógico... até então a gente também só pensava em orientar, a gente só pensava em seguir o básico que tava lá, né, nas normativas da medida socioeducativa e não de ir junto, de ver o que o adolescente pensa, o que que ele quer para vida dele, né (Participante Técnica Elisa).

Projeto Político Pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Desenvolveram ações de aproximação à rede de proteção das regiões compreendidas pela ação do SMSE/MA, além de estabelecer melhores tratativas junto à Defensoria Pública e às unidades da Fundação CASA.

Partiam do pressuposto de que todos os profissionais do SMSE/MA eram educadores, e valorizando o princípio do trabalho coletivo, todos estavam presentes nas reuniões e decisões do grupo.

Por meio da observação de comportamento e escuta dos adolescentes, realizou-se uma reforma no espaço do serviço, tornando o ambiente esteticamente agradável aos adolescentes e proporcionando proximidade entre educandos e educadores.

Percebeu-se que a nossa equipe tem um caráter de tratamento mais humanizado, se preocupando com a formação de bons vínculos, da acolhida ao encerramento, pensando o espaço físico e as atividades aplicadas todas no sentido do atendimento humanizado (Livro de atas, 23.11.2015). Para mudar o espaço, a gente perguntava para eles como que eles queriam, como que eles achavam melhor, eles foram fundamentais [...], a gente não fazia nada que fosse só pensado por nós, mas sim por todo mundo [...] (Participante Técnica Elisa).

O objetivo da equipe era criar um ambiente onde os educandos se sentissem pertencentes e seguros, possibilitando que expusessem sobre suas demandas e que essas pudessem ser cuidadas.

Esse espaço era preenchido por recepções afetuosas, que permeavam o momento de interpretação da medida socioeducativa (IM) aplicada. A equipe realizou diversas reuniões sobre qual seria o melhor diálogo para a IM, compreendendo que “Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação” (Freire, 1982, p.98).

A equipe estava unida, [...] eu me lembro que a equipe buscava informações, buscava parcerias, buscava se aprofundar no conhecimento de cada questão que chegava para eles. [...] a equipe buscou se estruturar de várias formas para ter sustentação para fazer um bom trabalho com esses meninos (Participante Supervisora Laís).

O ouvir e articular junto aos educandos, seus familiares, assim como, profissionais das demais instituições implicadas na garantia dos direitos, e construir novas práticas pedagógicas, é o que chamamos de “rastro de coletivo”. Esse trabalho se refletiu na

vinculação dos adolescentes e suas famílias em relação ao SMSE/MA e consequentemente para uma ação educativa mais efetiva.

Uma ação que a equipe implementou foi a de construir o relatório sobre o andamento da medida socioeducativa a ser entregue para o juiz que acompanhava o caso no Departamento de Execuções da Infância e Juventude, junto ao adolescente. Era um momento de autoavaliação, no qual muitos adolescentes se apropriavam do sentido do estar em cumprimento de medida socioeducativa. Portanto, momento rico para intervenções e mediações pedagógicas.

Essa ação ajudou a equipe a refletir sobre qual seria a melhor forma de solicitar aos adolescentes e suas famílias a avaliação que eles faziam do atendimento recebido no SMSE/MA ao final do cumprimento da medida aplicada. Foram criados dois instrumentos de avaliação. Um para os adolescentes/jovens e outro para as famílias.

O recorte que será apresentado traz avaliações do ano de 2014 a início de 2016, já que nesse período a elaboração do PPP já mostrava frutos em metodologias. A escolha dos relatos se deu por evidenciarem o que apareceu, em geral, nas demais avaliações. Os adolescentes se encontravam na faixa etária de 15 a 17 anos de idade.

Uma das questões tinha como objetivo saber sobre se os encontros junto aos educadores os haviam ajudado em algum sentido. As respostas, em geral, revelaram como as ações sociopedagógicas os apoiaram em mudanças significativas em seus cotidianos, com afirmações como: “Ajudaram muito, mudei minha vida. Não tinha amigos agora tenho amigo, tenho trabalho e consciência limpa (J.V.S.P., 2015), ou “Sim, muito. Eu tinha força de vontade de fazer as coisas, mas agora eu tenho muito mais disposição ainda. Eu faço todas as atividades que eu quero e posso fazer” (K.M.S., 2015).

Outra questão versava sobre a percepção dos sentimentos ao chegarem no SMSE/MA e no momento que estavam finalizando a medida. As respostas mostraram a importância do trabalho para desenvolvimento de vínculo entre a equipe do SMSE/MA analisado e os adolescentes atendidos: “Lembro que no momento que cheguei aqui não estava me sentindo bem porque nunca passei por essa situação, mas agora, no fim da medida, posso dizer que me sinto em casa. Aprendi muito e agora tenho que praticar tudo que aprendi” (I.V.S., 2016); “De coração mesmo, aprendi a confiar nas pessoas. Percebi que o mundo não é da forma que nós queremos e sim um mundo de leis e regras. Me sinto muito feliz” (L.V., 2014).

Projeto Político Pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Ao solicitar que contassem sobre a relação deles com os profissionais do serviço, trouxeram: “Muito boa. Recebem a gente de braços abertos” (D.G.A., 2014); “Muito bem. Eles tratam a qualquer pessoa. São uns ótimos profissionais” (K.M.S., 2015); “Ah, sem dúvidas. Eles aqui são nota 10. Me ajudaram, fizeram eu enxergar o chão e não o céu azul. Se eu pudesse, ficaria muito mais” (J.V.S.P., 2015).

Quanto à avaliação dos familiares, coletavam-se informações sobre o impacto do processo socioeducativo na vida da família. Os relatos abaixo não são referentes aos responsáveis pelos adolescentes dos quais extraímos trechos das avaliações acima, porém, da mesma forma, trata-se de recortes que expressam o que se encontra em várias outras avaliações realizadas pelos familiares.

Iniciava-se a avaliação perguntando sobre como se sentiram em relação ao atendimento recebido no serviço. As respostas, mais uma vez, evidenciaram de forma positiva os esforços da equipe para um trabalho humanizado, no respeito às particularidades das pessoas: “Muito bem atendida” (L.T., 2014); “Difícil no começo, mas com tempo, gostei muito” (M.L., 2015); “[...] foi muito bom, ajudou o meu filho se tornar mais responsável” (C.S.B. 2016).

Ao avaliarem a relação dos profissionais do SMSE/MA com a família, relataram que: “Ótimo. Deixa as famílias bem confiantes (L.T., 2014); “Em relação entre os profissionais e a família, várias reuniões muito boas e aprendemos muitas coisas que não sabia” (C.S.B. 2016).

Chegar a esses resultados foi um desafio para a equipe. Um dos lemas da equipe era “Lembre-se: nunca desistimos! Não desista também!”, e precisava ser falado muitas vezes, pois muitos familiares passavam a rejeitar o adolescente/jovem após o ato infracional, descreditando que poderiam retomar a vida fora do crime ou da drogadição.

Uma pergunta que importava de forma significativa para se pensar o atendimento junto às famílias era sobre se o familiar/responsável acreditava que sua participação nos atendimentos familiares e nos grupos de famílias auxiliaram na relação com o adolescente/jovem. O trabalho realizado para a vinculação das famílias e responsáveis possibilitou respostas como: “Sim, acredito. [...] ficou mais responsável e eu também. Muitas reuniões de família que aprendi muito” (C.S.B. 2016); “Sim. Trocamos experiências que ajudaram a superar muitas dificuldades (M.L.B.F., 2015)”; “Todos resultados, muito bom para meu filho” (L.T., 2014).

Esses relatos mostram que, apesar das fragilidades que o SMSE/MA apresenta, cada palavra reveladora de sentimentos dos adolescentes/jovens e de seus familiares/responsáveis, cada potencialidade de vida revelada, leva à compreensão de que é preciso investir cada vez mais nesse espaço, o avaliando, o repensando e o fortalecendo para que continue a oportunizar escolhas aos que o frequentam.

Conclusão

A pesquisa realizada mostrou que o PPP, quando pensado e desenvolvido enquanto um processo fundamentalmente elaborado por meio da contribuição do coletivo para o qual se desenvolve, e voltado a atender a esse coletivo, pode ser um dos instrumentos para compreensão, organização, aplicação, avaliação e ressignificação da dimensão pedagógica nas medidas socioeducativas.

O desenvolvimento do PPP pode auxiliar na resolução de uma situação que confunde e distorce os princípios da socioeducação no espaço do SMSE/MA, no qual muitas vezes atende-se às demandas judiciais e da assistência social, desvinculadas de um significado pedagógico, desconsiderando os saberes e as vozes do público atendido, dos educadores e, um outro aspecto basilar para a socioeducação, desconsiderando as potencialidades nos territórios de moradia.

Enquanto um instrumental que se desenvolve em processo, é necessário que espaço e tempo sejam proporcionados, que as atividades junto aos participantes do projeto sejam pensadas, organizadas, avaliadas, o que demanda a gestão desse processo.

Por toda a complexidade do fazer socioeducativo revelou-se a importância de que o SMSE/MA conte com a figura do coordenador, capaz de gerir a dimensão normativa, atendendo às exigências legais para seu funcionamento, assim como, possibilitando, pela organização do cotidiano desse serviço, encontros reveladores de saberes que contribuem para que os objetivos pedagógicos propostos pela medida socioeducativa em meio aberto sejam alcançados.

Para isso, é fundamental que o trabalho multidisciplinar, interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial seja gerido no sentido da educabilidade do sujeito por ele atingido, sendo imprescindível, portanto, que a dimensão educativa seja o motor desse espaço. Salientamos que a socioeducação tem uma característica interdisciplinar,

Projeto Político Pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
humanizadora e holística. Estes componentes constituem-se em campo de uma educação integral.

Assim, consideramos de importância significativa que no SMSE/MA exista uma gestão compartilhada com a presença de um gestor para a parte organizacional e um gestor que oriente as práticas pedagógicas, responsável por garantir que todas as relações que se dão nesse espaço sejam pedagógicas.

Nesse sentido, o profissional da pedagogia mostrou ser o que tem os saberes para desempenhar tal tarefa. No entanto, ressaltamos que para que tenha compreensão do fazer educativo no campo da educação do SMSE/MA é basilar que conheça sobre o território de atuação e seus contextos, conheça a legislação e as normativas que dela decorrem em relação a esse espaço, tenha compreensão sobre políticas públicas, assim como, acompanhe as estatísticas que revelem a situação social em relação ao público que atende.

Dessa forma, evidencia-se a urgência em se estabelecer pesquisas sobre o fazer pedagógico para além do espaço escolar e a formação dos educadores que atuam nos diversos contextos da educação. Urgente é que se aprovem leis e normativas para o reconhecimento dos campos de atuação desses profissionais, suas atribuições e quais bases de conhecimentos constituirão sua formação, no respeito a todos que dedicam os encontros de suas vidas a convivência humana nas bases do amor e respeito a vida.

Referências

BRASIL. **Caderno de Orientações Técnicas:** Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Lei 12.594/2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19. jan. 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Resolução 113, de 19 de abril de 2006.** Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA, 2006b.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2006,** de 16 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, 2006c.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/CONANDA, 2006a.

BRASIL. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social/Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, 2013.

DUSSEL, Henrique. **Filosofia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1977.

FRANCISCO, Julio Cesar. **Adolescentes e jovens nas mãos da justiça: a experiência socioeducativa interinstitucional de São Carlos - SP (2001 - 2016)**. 2021. 279f. Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 3.ed., São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JESUS, Neusa Francisca de. **A vida cotidiana dos adolescentes em conflito com a lei e o envolvimento com práticas delitivas**. São Paulo: Expressão e Arte, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 17, p. 153–173, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2074>. Acesso em: 22 ago. 2022.

LIBERATI, Wilson Donizeti (coord.). A gestão das políticas públicas para o adolescente em conflito com a lei no estado constitucional. In: LIBERATI, Wilson Donizeti (coord.). **Gestão da política de direitos ao adolescente em conflito com a lei**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012. p. 21-50.

MAKARENKO, Anton. A perspectiva próxima In: FILONOV, G.N.; BAUER, Carlos; BUFFA, Ester. **Anton Makarenko**. Recife: Editora Massangana, 2010, p.77-80.

ONU. Organização da Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 02 dez. 2022.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **A escola comuna**. ed. 2. São Paulo: Expressão Popular. 2013.

SÃO PAULO (Município). **Plano decenal de atendimento socioeducativo do município de São Paulo, 2015-2025**. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2016.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, 1990. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em 02 dez. 2022.

VALENTE, Fernanda Pinheiro Rebouças OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. **Para além da punição: (re)construindo o conceito de responsabilização socioeducativa**. Estud. psicol., Rio de Janeiro, v.15, n. 3, p. 853-870, nov. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em 29 mar. 2020.

Projeto Político Pedagógico: evidenciando a dimensão pedagógica no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Sobre os autores

Selma Marquette Molina

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2012), mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2019). Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (início em 2021), com orientação do Prof. Dr. João C. de Souza Neto Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Pedagogia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, adolescência e juventude, medida socioeducativa em meio aberto, projeto político pedagógico, inclusão educacional na Educação Superior.

E-mail: selma.mln@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6796-2701>

João Clemente de Souza Neto

Possui graduação em Ciências Sociais pela Faculdade N.Sª Medianeira (1987), mestrado (1992) e doutorado (1997) em Ciências Sociais, e pós-doutorado (2005) em Sociologia Clínica, pela PUC de São Paulo. É professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura e no Curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Realiza pesquisas nos campos da infância, adolescência e juventude, nas temáticas racismo, socialização, desvio, práticas sociais, políticas públicas, diversidade cultural, instituições e formação de professores e educadores sociais.

E-mail: j.clemente@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3348-8316>

Recebido em: 03/05/2024

Aceito para publicação em: 03/03/2025